

AVALIAÇÃO DA INTERAÇÃO SOCIAL E DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN INCLUSOS EM ESCOLAS PÚBLICAS NA REDE REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

EVALUATION OF SOCIAL INTERACTION AND STUDENT LEARNING WITH DOWN SYNDROME INCLUDED IN PUBLIC SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF PORT VELHO- RO

Juscélia Araújo e Araújo^{1*}, Glauciane da Silva Bifano², Renato Abreu Lima³

1. Discente do Curso em Ciências Biológicas, Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil;

2. Docente do Curso em Ciências Biológicas, Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil;

3. Docente do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC/UFAM), Benjamin Constant, AM, Brasil.

*Autor correspondente: jusceliaaraujo@hotmail.com

Recebido: 07/02/2017; Aceito 05/07/2017

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo realizar estudo qualitativo e quantitativo com professores para avaliar a interação social e de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down incluídos em escolas públicas da rede regular de ensino no município de Porto Velho-RO. Como fundamentação, o estudo priorizou um referencial teórico sobre o processo de inclusão, na área educacional; e sobre educação especial, Síndrome de Down. A coleta de dados foi realizada nas escolas com os professores por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas. O período da pesquisa ocorreu no horário de funcionamento da escola em horário marcado pelo professor. Participaram da pesquisa seis professores de escolas que participam do processo de inclusão. Os resultados apontaram que mesmo com a falta de recursos adequado é possível o aprendizado das crianças incluídas na rede regular de ensino, e desta que é possível uma interação social entre alunos com desenvolvimento típicos e com alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Síndrome de Down. Rede Pública.

ABSTRACT

This study aimed to carry out qualitative and quantitative study with teachers to assess social interaction and learning of students with Down syndrome included in public schools in the regular school system in the municipality of Porto Velho-RO. In support, the study prioritized a theoretical reference about the inclusion process, in education; and special education, Down Syndrome. Data collection was carried out in schools with teachers using a questionnaire with open and closed questions. The survey period occurred in the school opening hours in time marked by the teacher. The participants were six teachers of schools participating in the process of inclusion. The results showed that even with the lack of adequate resources children's learning can be included in the regular school system, and that this can be a social interaction between students with typical development and with pupils with special educational needs.

Keywords: Special Education; inclusion; Down's syndrome; Public network.

1. INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é uma cromossomopatia cujo quadro clínico global é explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica celular [1]. Faz parte do grupo de encefalopatias não progressivas, que são doenças localizadas no cérebro e constituem um conjunto de quadros clínicos com variados sintomas patológico mental e motor [2]. Segundo [3] o descobridor de sua causa genética foi o médico francês Jérôme Lejeune, mas ela só tornou-se mundialmente conhecida em 1866, quando Down fez o primeiro relato científico, no qual se baseava as características físicas associadas ao funcionamento mental subnormal.

Sua incidência está por volta de 1 para 1000 nascimentos a 1 para 800 nascidos vivos [4]. A síndrome pode ser causada por três tipos de comprometimentos cromossômicos: trissomia simples ou não disjunção responsável por aproximadamente 95% dos casos, translocação responsável por aproximadamente 4% dos casos e mosaicismos que é responsável por aproximadamente 1% dos casos [4, 5, 6].

Os portadores da Síndrome de Down podem apresentar: hipotonia, baixa estatura, hiperflexibilidade das articulações, mãos pequenas e largas com prega palmar única, face larga e achatada, olhos distantes um do outro, nariz pequeno com base nasal achatada,

baixa implantação das orelhas, língua projetada para fora da boca, cardiopatia congênita, genitais hipodesenvolvidos, excesso de pele na nuca, cabelo liso e ralo. Entretanto, nem todos os portadores desta síndrome apresentam estes fenótipos; a deficiência mental é a única característica presente em todos os casos [7].

Hoje em dia mesmo sabendo que as pessoas com Síndrome de Down têm seus limites traçados pelo erro genético que carregam o aprendizado e a capacidade de realizar tarefas sendo estimulado, atingiram o máximo desses limites, grandes partes dela serão capaz de superar quase todas as limitações [8].

Em relação ao aprendizado da leitura e da escrita, [5] menciona que os níveis de alfabetização que as crianças com Síndrome de Down conseguem alcançar são muito variáveis, algumas atingem níveis funcionais de alfabetização, e outras, níveis que lhes permitem acompanhar o trabalho realizado em sala de aula e ler com apoio. O mesmo autor relata que não existem dados referentes a um aprendizado diferente das demais crianças com desenvolvimento típico; entretanto, as crianças com Síndrome de Down tendem a utilizar a estratégia logográfica por mais tempo. Posteriormente, passam a utilizar estratégias alfabéticas para ler e soletrar.

O aprendizado da escrita, tanto para crianças com desenvolvimento típico quanto

para indivíduos com Síndrome de Down, apresenta uma sequência evolutiva, que está relacionado às hipóteses que a criança faz sobre o que é escrever. As hipóteses são classificadas em hipótese pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética [9].

A educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art.5º). No seu artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” [10].

Em conformidade com tal Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora. A legislação deixa claro que toda a escola deve investir em treinamento a seus profissionais, a fim de capacitá-los. Gradativamente, vem sendo reconhecido o fato de que não se pode exigir que a criança que apresenta deficiência se adapte as exigências escolares, mas, sim que a escola se adapte as condições dessa criança [8].

A proposta de inclusão trouxe, à área educacional muitas discussões, controvérsias e estudos, pois implica uma nova forma de

ensinar e de se relacionar frente às realidades ou dificuldades existentes [11].

A escola inclusiva é uma escola que não pode estar de costas voltadas para o que se passa na sua comunidade educativa, ela possui uma parte do sucesso e insucesso de cada um dos seus alunos, sendo assim responsável pela criação das condições necessárias à viabilização do processo de aprendizagem individual. A escola inclusiva tem que ser de todos e para todos, numa perspectiva de partilha, de interação, de cooperação e de responsabilização mútua de cada um em relação à comunidade, e da comunidade em relação a cada um [12].

A escola inclusiva é uma escola de qualidade para todos, que sabe criar respostas adequadas às necessidades dos seus alunos, gerando e gerindo os meios e recursos disponíveis. Ainda que não seja talvez a escola do futuro, é a escola que cada um é capaz de criar hoje, dando-lhe a sua disponibilidade temporal e o seu conhecimento [12].

Incluir significa que esse aluno deve conviver, estudar e ser atendido em suas necessidades especiais, sem distinções em relação aos demais na escola. O trabalho coletivo, juntamente com os alunos ditos “normais”, é sempre prioritário e indispensável nessa proposta [11].

Considerando a importância em demonstrar a possibilidade do desenvolvimento de crianças com Síndrome

de Down em ambientes de educação infantil inclusivo, a presente pesquisa teve como objetivo realizar estudo com professores para avaliar a interação social e de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down e o processo de inclusão em escolas pública da rede regular de ensino no município de Porto Velho – RO.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, conforme citam [13] a pesquisa qualitativa baseiam-se na premissa de que o conhecimento sobre as pessoas só é possível a partir da descrição da experiência humana tal como é vivida e tal como é definida pelos seus próprios atores. Assim, esta modalidade de pesquisa proporciona campo livre ao rico potencial das percepções e subjetividades dos seres humanos [14].

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço, mas profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. As características são objetivação de fenômenos, hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão as relações entre social e o mundo natural [15].

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ensino Faculdade São Lucas – FSL sob protocolo número 30585614.0.0000.0013, no município de Porto Velho – RO.

Esta pesquisa teve como participante seis professores que atuam em sala de aula na rede regular de ensino, sendo cada um dos professores responsável por um aluno com Síndrome de Down. As coletas dos dados foram realizadas, dentro das normas do termo de consentimento livre e esclarecidas (TCLE), por meio da aplicação de questionários aos professores das escolas da rede de ensino público de Porto Velho-RO frequentadas regularmente por criança com Síndrome de Down, sendo os questionários aplicados em horário de funcionamento da escola. As escolas que aceitaram participar da pesquisa seguem na Tabela 1.

Tabela 1: Escolas da rede de ensino público de Porto Velho - RO e série por turno onde foram realizadas as entrevistas de professores que participaram da pesquisa

Instituição de Ensino	Série	Nº Alunos	Turno
Escola Municipal do Ensino Fundamental Padre Chiquinho	5º ano	01	Vespertino
Escola Municipal Raimundo Agostinho Silva	3º ano	01	Vespertino
Escola EMEIEF Cor de Jambo	1º ano	01	Matutino
Escola Municipal Nossa Senhora do Amparo	Pré II/ 2º ano	02	Matutino
	2º ano	01	Vespertino

Dados da pesquisa

O processo de amostragem foi realizado de acordo com critérios de inclusão e exclusão, citados abaixo.

2.1. CRITÉRIO DE INCLUSÃO

Professores de alunos com Síndrome de Down em processo de inclusão cursando o ensino básico ou fundamental, após aceitarem participar da pesquisa e assinar o TCLE.

2.2. CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

Professores que não tinha alunos com Síndrome de Down, e os que não aceitarem participar da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas figuras 1, 2, e 3 estão tabulados os dados referentes aos fatores que foram elencados de forma a colaborar para o processo de inclusão.



Figura 1: Gráfico representando a quantidade de professores envolvidos na pesquisa e o tempo de atuação em sala com crianças com Down em processo de inclusão.

Dos professores entrevistados 50% estão atuando a mais de seis anos em sala de aula com processo de inclusão.

No exercício da profissão, na prática, na experiência da sala de aula, o professor também aprende e se forma. A formação é permanente e complexa. A identidade profissional docente é definida social e

historicamente. Como e bastante obvio não se nasce professor; torna se professor. É um processo inacabado. O Ser professor é constituído na história de vida, no terreno da experiência pessoal e coletiva em determinado espaço de tempos históricos [16].



Figura 2: Gráfico representando avaliação dos recursos utilizados pelos professores para o desenvolvimento dos alunos.

Na análise da Figura 2, demonstra que 50% dos professores declararam que os recursos são péssimos para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, 33% responderam se regular e 17% classificaram como bom.

Segundo [17] pode se observar que os profissionais da educação estão cientes da importância de estar respeitando a igualdade de todos, mas quando questionados a respeito de estarem incluindo alunos com Síndrome de Down em escolas de ensino regular, alguns demonstraram que são a favor, mas abordaram alguns obstáculos como à falta de material pedagógico, e despreparo do docente entre outros fatores.

Segundo [18] há várias vantagens no uso de jogos educativos. Uma delas é a de

criar um ambiente prazeroso de aprendizado: a criança joga não para se tornar mais competente, mas devido a uma motivação intrínseca à própria atividade.

Jogar é uma atividade paradoxal: ao mesmo tempo livre espontânea e regrada. Por meio do jogo, a criança dirige seu comportamento, não pela percepção imediata dos objetos, mas pelo significado da situação, havendo uma exigência de interpretação constante. Assim, o jogo, mesmo não pretendendo explicitamente ensinar nada, ensina a interpretar regras, papéis, argumentos e ordens. No jogo pedagógico, a intenção torna-se explícita, chegando a constituir o objetivo principal da interação [19].

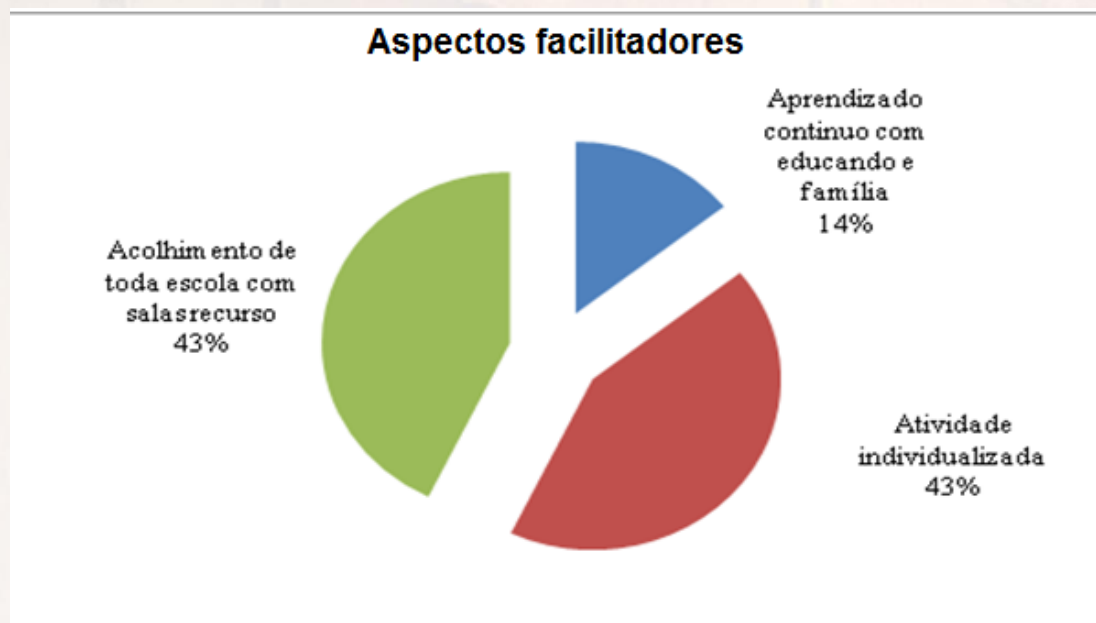


Figura 3: Gráfico representando possíveis aspectos facilitadores para a inclusão do aluno com Síndrome de Down

Na análise dos dados que são sugestivos para facilitar a inclusão dos alunos com Síndrome, apenas 14% mostraram ter a prática do aprendizado contínuo com educando e sua família. Segundo [20], a forma como a criança, ao longo da sua vida se adapta aos diferentes meios, em especial ao meio escolar, depende grande parte da educação familiar e da natureza das relações dos pais com crianças. A família, através das suas atitudes poderá influenciar o rendimento escolar. Conhecer o modo como ocorre essa influência facilita a compreensão de vários aspectos, positivos e negativos, relacionados com os objetos de conhecimento escolar.

A escola e a família apresentam papéis complementares no processo de desenvolvimento da criança e, nesse sentido, o apoio e o envolvimento da família na escola

podem propiciar à criança com Síndrome de Down os avanços necessários ao seu desenvolvimento [21].

Quanto ao acolhimento da escola com a sala de recursos, 43% dos professores revelam fazer uso dessa ferramenta para o processo de inclusão. Além do apoio familiar para o bom desenvolvimento da criança, [22] traz um conceito que a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado que ocorre no espaço escolar, são salas de recursos multifuncionais que são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos, sendo definido como um

serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado.

E em relação à aplicação de atividades para que ocorra o processo de aprendizado do aluno com Síndrome de Down, 43% dos professores responderam que aplicam atividades individualizadas. Segundo [23] o ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam *déficit* intelectual e problemas de aprendizagem é uma solução

que não corresponde aos princípios inclusivos, uma vez que não podemos diferenciar um aluno por sua deficiência. Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula. A inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender.



Figura 4: Gráfico representando o número de professores que participaram de programas de formação continuada.

Ao analisar os fatores que dificultam o processo de inclusão, 100% dos professores responderam que não participaram de programas de formação continuada ao longo dos anos de atuação com crianças que tem Síndrome de Down.

Segundo [24] um estudo demonstrou que quanto maior o preparo do professor maior sua confiança para lidar com a criança

especial. Assim, pode-se concluir que os professores das escolas de ensino regular precisam receber treinamento para desenvolverem seu trabalho junto a crianças com Síndrome de Down.

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridade das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não

flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais do educando e resistência com relação à inclusão [25].

Em relação à formação para atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular, os estados e municípios, responsáveis pela

educação básica, não têm investido o suficiente na formação continuada dos seus docentes. Dados de pesquisa realizada em 2008 no Vale do Jiquiriçá revelaram que 78% dos professores investigados em quatro municípios daquela região territorial do recôncavo da Bahia não haviam participado de curso de formação sobre educação inclusiva [25].



Figura 5: Gráfico representando os aspectos dificultadores para o processo inclusivo de alunos com Síndrome de Down.

Quanto aos aspectos que dificultam o processo de inclusão a Figura 5 mostra que em relação ao recurso/apoio humano, observa-se a falta de apoio com um cuidador para auxiliar o professor em sala de aula, esse

item foi demonstrado em 100% das escolas envolvidas na pesquisa. Além disso, o grande número de alunos na sala também foi mencionado como um fator dificultador da inclusão, demonstrando que falta de material,

o raciocínio limitado, a fala incompreensível, a demora para atender os comandos, a incontinência urinária e a estruturas físicas e pedagógicas não dificultam o processo de inclusão desses alunos especiais.

Entre as dificuldades vivenciadas no trabalho, a falta de apoio e de conhecimento sobre as limitações tem sido apontada como a responsável por colocar o docente no papel de professor - cuidador, levando-o, mesmo sem preparo, à sobrecarga de trabalho, seguida de sobrecarga física e mental [26].

Outras providências que precisam ser tomadas, por exemplo: redimensionamento das salas de aulas, com a redução de números de alunos, como forma de permitir atendimento mais individualizados e compatível com as necessidades com desenvolvimento e idades das crianças; inclusão de no máximo dois alunos portadores do mesmo tipo de deficiência por turma, para facilitar o trabalho dos docentes; dotação de material didático necessário ao bom desenvolvimento das atividades pedagógicas para todo o aluno [27].

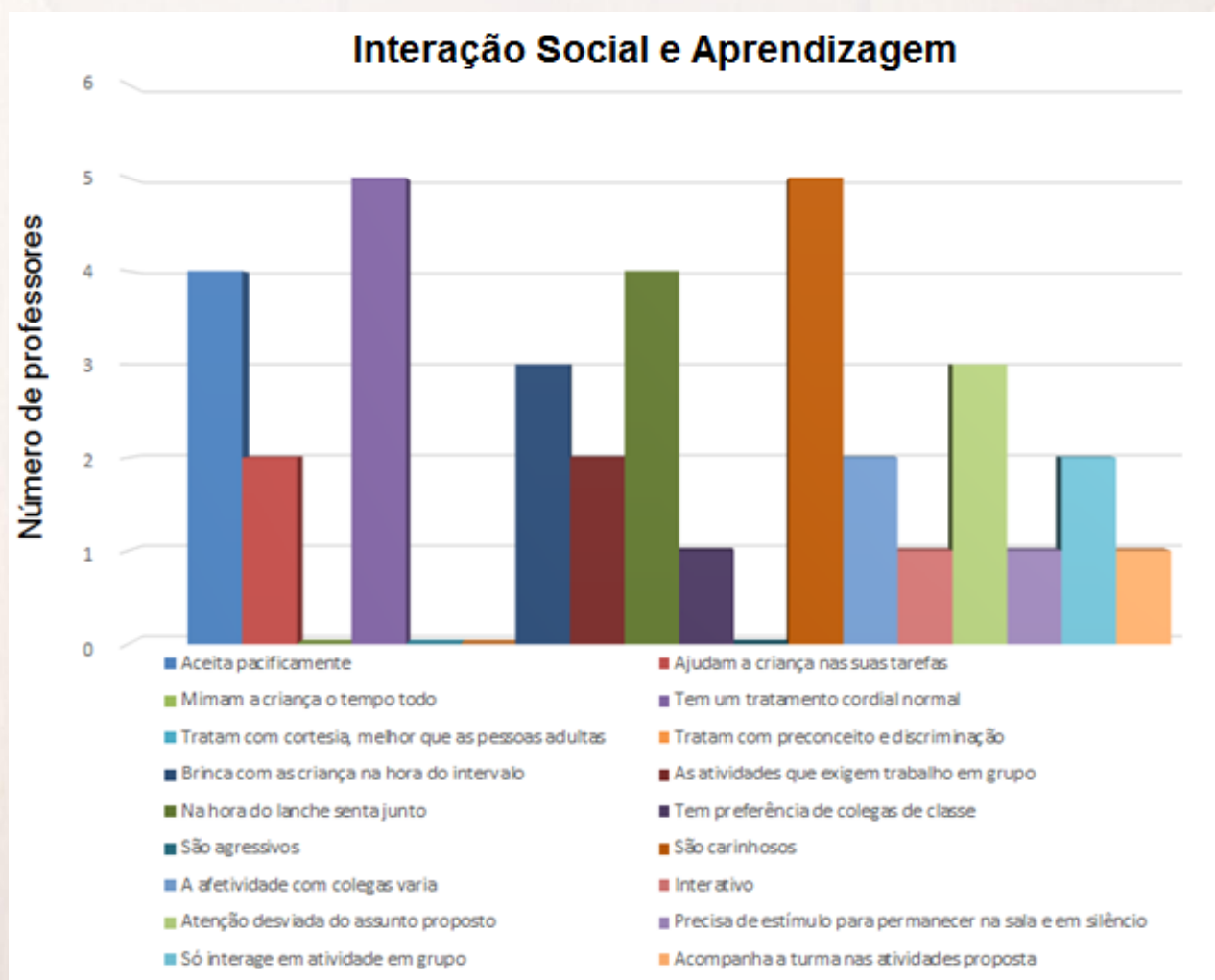


Figura 6: Gráfico representando a interação social entre os alunos em sala de aula

Na avaliação da interação social foi possível analisar que as características em maior índice são aquelas com tratamento cordial normal dos alunos normais com os com Síndrome, em ambas as partes são carinhosos, na hora do lanche sentam juntos e aceitam pacificamente.

Uma questão positiva da inclusão ressaltada pelos professores é a oportunidade criada pela interação entre a criança com e sem deficiência, para que sejam trabalhadas questões relativas às diferenças, direitos e deveres e o incentivo do trabalho em grupo e no cuidado ao colega “especial”. Estes dados confirmam a oportunidade oferecida a todas as crianças de aprenderem a ser cooperativas e respeitar as diferenças e os direitos dos demais.

Em pesquisa realizada por [8] verificou-se que a convivência com colegas com Síndrome de Down proporcionou maior grau de interação na turma, construção de vínculos afetivos e a diminuição de preconceitos e estereótipos em relação aos colegas com a Síndrome. O conhecimento das consequências da interação dos alunos com necessidades especiais e seus colegas de turma pode influenciar a diminuição de julgamentos com base em concepções

discriminatórias e preconceituosas e, dessa forma, contribuir para o estabelecimento de políticas de inclusão social.

Segundo [28], o desenvolvimento afetivo-social é um processo cumulativo que agrega todas as experiências vividas pelo indivíduo, e são as primeiras experiências as que mais influenciam os comportamentos posteriores. As experiências vividas pela criança, além de contribuírem para o seu desenvolvimento global, influenciam diretamente no seu comportamento e na construção de sua personalidade.

[29] defende que a gestão de uma sala de aula inclusiva pressupõe que os alunos possam ter acesso a vários tipos de grupos de aprendizagem: grande grupo, grupos de projeto, grupos de nível, trabalho de pares e trabalho individual. Todos estes enquadramentos permitem que as situações de aprendizagem sejam adequadas às diferentes características do aluno e do trabalho. Desenvolver uma gestão de sala de aula inclusiva não pressupõe um trabalho individual, mas sim o planejamento e a execução de um programa em que os alunos possam compartilhar vários tipos de interação e de identidade.

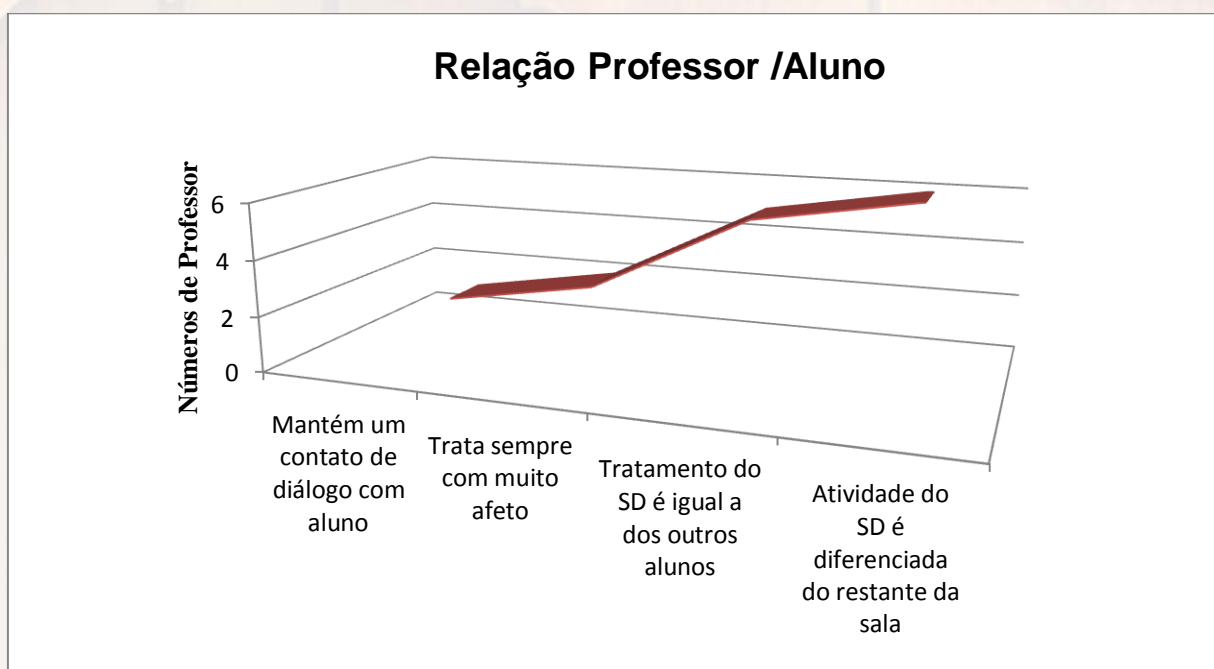


Figura 7: Gráfico representa a relação do professor com o aluno com Síndrome de Down

Na análise da Figura 7, foi possível perceber que 100% dos professores elabora a atividade da criança com Síndrome de Down diferenciada dos outros alunos, e que a menor porcentagem dos professores mantém um contato de diálogo com o aluno.

As atividades em sala de aula devem proporcionar a interação entre os colegas e não se tornarem motivos de separação. Com base nessa linha de pensamento, [30] realizaram uma pesquisa com 103 colegas de turma de alunos com Síndrome de Down, estudantes de uma escola regular de uma

cidade do sul do Brasil. Constataram que, quanto maior o desenvolvimento acadêmico e o grau de participação nas atividades escolares, maior era a possibilidade de o aluno com Síndrome Down ser considerado amigo por seus colegas.

A comunicação tem sido considerada elemento fundamental na interação humana, visto que por meio dela tanto a pessoa como o ambiente são capazes de produzir informações que interagem dinamicamente, provocando notificações tanto no indivíduo como no contexto que apresenta [31].

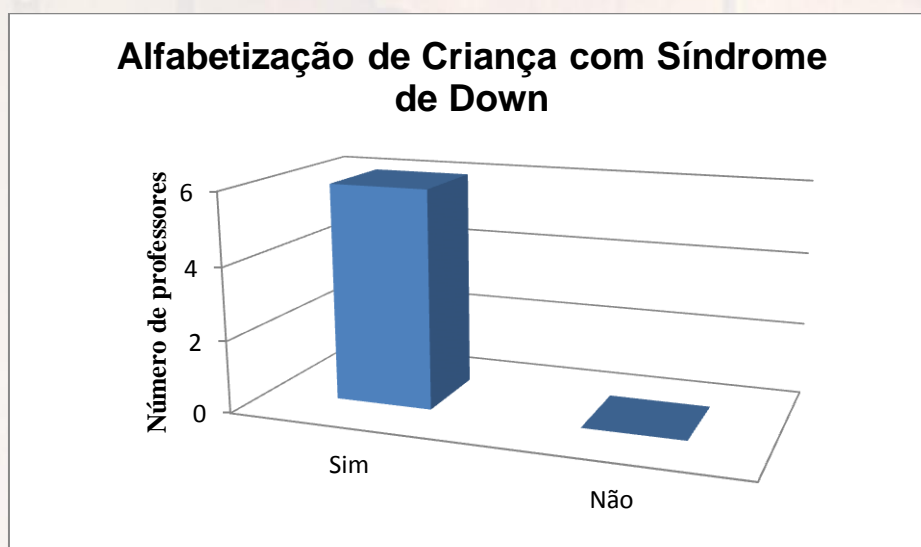


Figura 8: Gráfico representa a relação dos professores com a alfabetização

Segundo as respostas obtidas por meio do questionário aplicado, 100% dos professores responderam ser possível o aprendizado/alfabetização do aluno com a Síndrome de Down, Figura 8, porém, quando questionados sobre a abordagem do conteúdo para os alunos com esta síndrome, os professores responderam que realizam atividades individualizadas para esses alunos.

O professor é a peça fundamental no trabalho de adequação e vivência. Dentro do universo escolar, ele é o responsável pela determinação da qualidade de interação, aquisição dos conceitos pelos alunos e a transferência destes conceitos, bem como para a funcionalidade na vida cotidiana [32].

Segundo [33] cabe ao professor analisar e decidir sobre os procedimentos de ensino a serem adotados com cada aluno. Esses procedimentos educacionais devem ser

flexíveis, adequados às habilidades individuais dos alunos.

[34] comenta que o professor deve pôr em prática uma ação educacional interventora, a fim de detectar, diagnosticar e promover a estimulação dos distúrbios do desenvolvimento infantil, visando sua integração dentro da sociedade em que vive.

4. CONCLUSÃO

A análise dos dados apresentadas neste estudo permitiu compreender a interação social e o processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down, pois, os resultados mostraram que:

Em relação à avaliação da interação social foi possível perceber que este processo esta acontecendo, pois, as crianças com desenvolvimento típico não tem distinção no relacionamento com as crianças com

necessidades especiais, dentro do ambiente proposto pelo estudo, isso permitiu inferir que a convivência em ambiente inclusivo seja produtiva para o processo de desenvolvimento mútuo.

Quanto ao processo de aprendizado o mesmo não está 100% relacionado ao meio, pois o estudo demonstrou que para ocorrer o conhecimento do aluno com Síndrome de Down em determinados assuntos houve a necessidade de atividades individualizadas para as crianças portadoras da síndrome, porém, a existência de materiais didáticos revelou ser de grande valia para o aprendizado.

Ainda nesta análise do aprendizado foi considerado que, outra dificuldade pode estar relacionada a grande quantidade de alunos em sala de aula, isso faz com que o professor não tenha tempo para dedicar uma atenção especial ao aluno com Síndrome de Down, sendo importante ressaltar que em nenhuma das escolas possui um cuidador para ajudar em sala, portanto, acarreta ao professor uma maior responsabilidade.

Sendo também identificada a importância da família para que tanto o envolvimento social e aprendizado possa ocorrer, pois, há a necessidade de uma educação de forma contínua.

Portanto, o que se busca enfatizar nesta pesquisa, é que mesmo em condições adversas, isso não impede as crianças de receberem uma educação, pois todos os

professores afirmaram que é possível uma alfabetização, um aprendizado das crianças inclusas na rede regular de ensino.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] SCHWARTZMAN, J. S. **Generalidades**. Em J. S. Schwartzman (Org.), Síndrome de Down (p. 16-31). São Paulo: Mackenzie, 1999.

[2] POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos ou pesquisa em enfermagem**. 3.ed. São Paulo: Artes Médicas, 1995.

[3] BOMFIM, R.V. do. Educação Física e a criança com Síndrome de Down: algumas considerações. **Integração**, São Paulo, v. 7, n. 16, p. 60-63, 1996.

[4] MUSTACHI, Z. **Síndrome de Down**. In: _____. & PERES, S. Genética baseada em evidências. São Paulo: CID, p. 817-88, 2000.

[5] RONDAL, J.A. Dificultades Del lenguaje en el síndrome de Down: Perspectiva a lo largo de la vida y principios de intervención. **Revista Síndrome de Down**, v. 23, n. 91, p.120-8, 2006.

[6] KOZMA, C. O que é síndrome de Down. In: STRAY-GUNDERSEN, K (Org). **Crianças com síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Traduzido por: Maria Regina Lucena Borges-Osório. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 15-38, 2007.

[7] MUNIZ, H, S. **O educando com Síndrome Down: um estudo entre pais e profissionais na escola regular**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte centro de ciências sociais aplicadas programa de pós-graduação em educação natal, p.88, 2008.

[8] MARTINS, L. A. R. Integração escolar do portador da Síndrome de Down: um estudo sobre a percepção dos educadores. **Revista**

Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v.5, p. 73-85, 1999.

[9] FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Traduzido por Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

[10] BRASIL/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva organizadores. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

[11] GRANENANN, J. L. **Educação inclusiva: Análise de trajetórias e práticas pedagógicas**. Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande MS, p.12, 2005. Dissertação (Mestrado).

[12] CRUZ, S. F. P. **Alunos com necessidade educativas especiais, dificuldades sentidas pelos professores de educação especial**. Escola Superior de Educação Almeida Garrett Lisboa, p. 13, 2012. Dissertação (Mestrado).

[13] DYNIEWICK, A. M. **Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes**. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

[14] ANDRADE, V. B. **O trabalho na contemporaneidade: delimitações em um mundo de exclusão. Subjetividade (s) e sociedade: contribuições da Psicologia**. 1. ed. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2009. 176p.

[15] MINAYO, M. C. S (org). **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. 12 ed, Petrópolis: Vozes, 1999.

[16] FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas: Papirus, 1997.

[17] PINTO, E. A. T; NEGRI, A.T. A. **Inclusão de alunos com síndrome de Down no**

ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades. **Mimesis**, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

[18] TORRES, H. C.; HORTALE, V. A.; SCHALL, V. A experiência de jogos na educação em saúde para diabéticos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.1039-1047, 2003.

[19] KISHIMOTO T. M. **O jogo na educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2003.

[20] MARQUES, R. **Educar com os pais**. Editorial Presença, 1ª edição. Lisboa 2001.

[21] PEREIRA, S, N. L.; DESSEN, M. A. Crianças com e sem síndrome de Down: valores e crenças de pais e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13, n.3, p.429-446, 2007.

[22] ALVES, D.; GOTTI, M.; GRIBOSKI, C.; DUTRA, C. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

[23] MANTOAN, M.T.E. **Atendimento educacional especializado: o que é? Por que?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

[24] PETTY, H.; SADLER, J. The integration of children with Down syndrome in mainstream primary schools: teacher knowledge, needs, attitudes and expectations. **Down Syndrome Research and Practice**, v.4, n.1, p.15-24, 1996.

[25] PIMENTEL, S. C.; PAZ, L. M.; PINHEIRO, A. P. R. Espaços e práticas de inclusão na escola regular: uma leitura feita por pais de estudantes com deficiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL EDUCAÇÃO E PLURALIDADE SÓCIO-CULTURAL: INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E o professor e a educação inclusiva. Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: UEFS, 2009.

[26] NIZA, S. **Necessidades Especiais de Educação:** da exclusão à inclusão na escola comum. Inovação, 9, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1996.

[27] MARTINS, L. A integração escolar de alunos portadores de necessidades especiais: aspectos de uma realidade”. **Livro do VIII colóquio da Secção portuguesa da Aipelef/Afirse.** Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação da Universidade de Lisboa, 1997.

[28] GRESPAN, M. R. **Proposta de planejamento para o componente curricular Educação Física no 1º ciclo do ensino fundamental.** 1999. Monografia (Especialização) - Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, p. 76, 1999.

[29] RODRIGUES, D. **Educação e Diferença:** valores e práticas para uma educação Inclusiva. Porto: Porto Editora, 2001.

[30] TEIXEIRA. F. C.; KUBO. O. M. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, v.14, n.1, p.91, 2008.

[31] KREBS, R. J. **A educação inclusiva e a teoria dos sistemas ecológicos.** In: RODRIGUES, D.; KREBS, R.; FREITAS, S. N. (Org.). Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais. Santa Maria: UFSM, 2005.

[32] MASUZAKI, P.S.A. **A contribuição da Educação Física para pessoa com retardo mental.** 1995. Maringá. Monografia (Especialização) - Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, p. 82, 1995.

[33] MIURA, R. K. K. **Currículo funcional natural e o ensino de pessoas com necessidades especiais.** Mensagem da APAE, Brasília, DF, p. 32-35, 1999.

[34] SHIMAZAKI, E. M. **A formação de conceitos e ciências naturais:** uma experiência com alunos portadores de deficiência mental moderada. 1994. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Campinas, Campinas, p. 41, 1994.

AGRADECIMENTOS

Ao corpo discente e docente das escolas estudadas pela valiosa contribuição ao longo da aplicação deste trabalho.